

Segurança no *campus*: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras

Viviane Oliveira Cubas

Viviane Oliveira Cubas é doutoranda e mestre em Sociologia (USP) e graduada em Ciências Sociais (USP). Pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência – NEV, da Universidade de São Paulo. ✉ Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil ✉ viviane@nevusp.org

Renato Alves

Renato Alves é doutorando e mestre em Psicologia (USP) e graduado em Ciências Sociais (USP) e Psicologia (Univ. Metodista/SP). Pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência – NEV, da Universidade de São Paulo. ✉ Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil ✉ ralves@usp.br

Denise Carvalho

Denise Carvalho é doutoranda em Sociologia (USP), mestre em Direitos Humanos (USP) e graduada em Ciências Sociais (UFRN). Pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência – NEV, da Universidade de São Paulo. ✉ Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil ✉ denise@nevusp.org

Ariadne Natal

Ariadne Natal é mestranda em Sociologia (USP) e graduada em Ciências Sociais (USP). Pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência – NEV, da Universidade de São Paulo. ✉ Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil ✉ ariadne@nevusp.org

Frederico Castelo Branco

Frederico Castelo Branco é mestrando em Ciência Política (USP) e graduado em Direito (PUC/SP) e em Ciências Sociais (USP). Pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência – NEV, da Universidade de São Paulo. ✉ Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil ✉ frederico@nevusp.org

Resumo

O debate sobre a segurança no principal campus da USP se intensificou após eventos que colocaram em questão a gestão da segurança, a atuação da Guarda Universitária e a presença de policiamento ostensivo no local. Com base em levantamento nos websites oficiais de quatro universidades, buscamos informações sobre como estas instituições lidam com o tema da segurança. Os resultados apontam que, apesar das especificidades legais, institucionais e de contexto, os problemas de segurança nos campi são muito semelhantes e suas resoluções refletem os preceitos das políticas públicas de segurança locais. Guardadas as diferenças, as experiências apresentadas podem contribuir para a reflexão sobre programas de segurança que combinem a prevenção de crimes, preservação do patrimônio público e a garantia das liberdades civis.

Palavras-Chave

Segurança no campus; Guarda Universitária; Polícia; Universidade de São Paulo.

A discussão sobre modelos de segurança adotados em *campi* universitários ganhou destaque após o assassinato, em maio de 2011, de um aluno no *campus* da capital da Universidade de São Paulo (USP). O caso teve grande repercussão na mídia e estimulou um debate acerca da segurança na universidade, que incluiu grupos que apontavam uma relação entre este tipo de ocorrência e problemas estruturais da instituição, tais como dificuldade de circulação pelo *campus*, falta de iluminação adequada, terceirização da segurança e precariedade do trabalho da Guarda Universitária – corpo de funcionários da universidade encarregados da segurança. Em meio a este debate, alguns setores da comunidade acadêmica enfatizavam a necessidade da atuação e presença constante da Polícia Militar no *campus*, diante do que entendiam como a incapacidade da Guarda Universitária em lidar sozinha com os problemas de segurança da universidade.

Em setembro de 2011, a USP formalizou um convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), com duração de cinco anos, com o objetivo de implementar medidas de segurança e policiamento no local. De acordo com o convênio, cabe à SSP, por meio da Polícia Militar (PM), destacar policiais para realização de patrulhamento no *campus*, de acordo com a filosofia de policiamento comunitário. Isto significa o apoio da PM à Guarda Universitária (GU) em suas atividades de rotina, apresentar relatórios periódicos e consultar a

Universidade a respeito de quaisquer medidas a serem adotadas em situações excepcionais. Como contrapartida, a universidade tem a incumbência de oferecer apoio institucional para implementação das atividades previstas, prover informações e base de dados por meio da GU e promover campanhas educativas junto à comunidade USP sobre como agir em relação a questões de segurança.

Após o início do patrulhamento da PM na área da USP, três eventos conflituosos envolvendo a corporação e os alunos da Universidade renovaram o debate sobre como e quem deveria garantir a segurança no *campus*: a apreensão, em outubro de 2011, de alunos portando maconha; a reintegração de posse do prédio da reitoria da Universidade, ocupado pelos alunos, em novembro de 2011;¹ e, por fim, a agressão a um aluno por um sargento da PM, em janeiro de 2012.

Em novembro de 2011, o DataFolha² fez uma pesquisa de opinião junto a alunos da Universidade, sobre a presença dos policiais militares no *campus*. Os resultados apontaram que 58% dos alunos se mostraram favoráveis à presença da PM no *campus*, enquanto 36% eram contra.

Com frequência a comunidade universitária é testemunha, direta ou indiretamente, de ocorrências de gravidade variada. Enquanto parte delas é divulgada oficialmente ou por meio da

imprensa, outra parte circula de modo oficioso, contribuindo para a sensação de insegurança, situação que se repete nos outros *campi* e em outras instituições de ensino superior do país.

O fato é que problemas de segurança são recorrentes em *campi* universitários e estes necessitam ter um modelo de segurança eficiente. Como implantar um modelo de segurança no ambiente universitário que seja capaz de dar segurança à comunidade universitária e que, ao mesmo tempo, leve em consideração a especificidade de um ambiente acadêmico? Com o intuito de contribuir para aprofundar estas reflexões, o presente artigo apresenta experiências em relação à segurança atualmente aplicadas em cinco instituições estrangeiras de referência internacional, comparando-as com a experiência da USP.

Metodologia

Foram selecionadas quatro instituições estrangeiras de referência: a *University of Toronto* (Canadá), inserida em uma sociedade com tradição em policiamento comunitário; a *University of Chicago* (EUA), caracterizada por *campus* aberto, sem muros, localizada em região de comunidade de maioria afro-descendentes; a *University of Warwick* (Inglaterra), que apresenta *campus* fisicamente semelhante ao da cidade universitária Armando Sales de Oliveira da USP; e a *Universidad Nacional de Colombia* (*UNAL*), que representa um país sul americano. Com exceção da *UNAL*, as outras três Universidades situam-se em países com baixas taxas de violência interpessoal, em particular de crimes contra a pessoa. Portanto, foram selecionadas as universidades que foram bem avaliadas nos *rankings* internacionais³ e inseridas em contextos sociais diversos.

O levantamento dos dados foi feito por meio dos *websites* das universidades, o que resultou em outro critério de seleção para o caso das universidades latino-americanas, que, entre todas as selecionadas, não disponibilizam esse tipo de informação em suas páginas da Internet. Para padronizar a coleta dos dados, foi elaborado um roteiro: tipo de universidade (pública ou privada); tipo de entorno; quadro responsável pela segurança e suas atribuições; programa de segurança; tecnologias usadas para segurança; orientações dadas aos membros da comunidade sobre como agir nas ocorrências; formas de controle da qualidade do serviço de segurança; e produção de relatórios sobre as atividades desenvolvidas. Quando possível, esses dados foram complementados por outras fontes disponíveis na Internet.

Foram coletadas ainda informações sobre a segurança na *campus* da USP. Para tanto, utilizaram-se os relatórios disponibilizados pela GU e foi realizada entrevista com um membro da Divisão de Operações e Vigilância da universidade.

Para auxiliar na reflexão do material empírico, foi realizado o levantamento da literatura, nacional e internacional, relacionada ao tema da segurança em *campi* universitários.

As limitações das fontes utilizadas

É importante lembrar que, apesar de ser uma fonte que permite a percepção parcial da realidade, a disponibilidade de informações *on-line* foi um fator determinante neste trabalho. É possível que as universidades não divulguem em seus *sites* todas as ações implementadas, mas apenas aqueles programas efetivos e bem desenvolvidos de segurança. Por outro lado, também

é possível que parte das iniciativas e princípios anunciados não tenha sido completamente implementada e nem fundamentada as práticas. Apesar de se tratar de diferentes realidades e contextos, a comparação entre estas universidades possibilita identificar semelhanças e/ou diferenças no tratamento que dispensam às questões de segurança nesses ambientes, bem como encontrar parâmetros que auxiliem no aperfeiçoamento dos programas e das tecnologias de prevenção e manutenção da segurança na USP.

Os estudos sobre segurança nos espaços universitários

A segurança em *campi* universitários é um tema recente na literatura internacional (SLOAN, 1992) e os estudos, em sua maioria, referem-se às instituições norte-americanas. No Brasil, há informações e discussões na imprensa, *blogs* e fóruns na Internet, além de trabalhos de graduação e de especialização, mas inexistem artigos em periódicos ou estudos sistemáticos.

Alguns trabalhos pontuam que as primeiras polícias encarregadas da segurança em *campi* universitários norte-americanos datam do final do século XIX e que, gradualmente, as funções desses profissionais foram sendo ampliadas, englobando outras responsabilidades. Com a expansão do ensino superior nos EUA, na década de 1950, diversas universidades criaram departamentos de segurança e passaram a contratar policiais aposentados para cuidar de sua área. No final dos anos de 1960, elas já possuíam policiais juramentados, com a função de aplicação da lei, fazendo uso de símbolos de autoridade como armas e distintivos (SLOAN, 1992; BROMLEY, 1996; PAOLINE; SLOAN, 2003).

Na década de 1980, a ocorrência de um caso de estupro seguido de assassinato, dentro de uma universidade, despertou a atenção da mídia e da opinião pública norte-americana para o tema da criminalidade nos *campi*. Isso levou à promulgação da Lei Federal *Clery Act*,⁴ em 1990, determinando que instituições públicas e privadas de ensino superior, que recebiam algum financiamento público federal, prestassem contas ao Departamento Federal de Educação, produzindo, anualmente, relatório sobre as ocorrências criminais graves ocorridas em seus *campi* e no seu entorno. Com a lei, tornou-se um dever das universidades emitirem avisos a respeito de potenciais ameaças à comunidade acadêmica e comunicar aos pais de alunos, menores de 21 anos, sobre envolvimento de seus filhos em casos de violação da lei ou de regras da universidade (BROMLEY, 1998; REAVES, 2008; DEL CARMEN et al., 2000; JANOSIK, 2001; RYAN, 2009).

A obrigação legal de manter o registro das ocorrências e elaborar relatórios trouxe benefícios à segurança dos *campi*. As universidades passaram a admitir publicamente a existência de crimes em suas dependências, o que implicou o aperfeiçoamento do treinamento de suas equipes, a criação de um corpo especializado dedicado à coleta e processamento de dados e a preocupação da instituição em dar respostas rápidas e eficientes aos problemas relacionados aos delitos criminais (JANOSIK, 2001; PEAK, BARTHE; GARCIA, 2008). A produção nacional de dados aumentou a visibilidade das agências de segurança nos *campi*, enriquecendo a literatura científica norte-americana a respeito destas instituições. Além desta legislação federal, há uma série de leis e códigos estaduais

que conferem poder, autoridade e obrigações às polícias das universidades nos EUA, buscando, segundo Bromley (1996), equilibrar a autoridade da polícia dos *campi* com as demais instituições locais de aplicação da lei.

As polícias dos *campi*, na maioria dos casos, são consideradas agências especializadas de aplicação da lei e, embora tenham jurisdição e público-alvo bastante específicos, suas estruturas assemelham-se aos departamentos de polícia municipais no que diz respeito a recursos humanos, características dos policiais, seleção e treinamento da equipe, especialização de funções, autonomia, adoção de símbolos de autoridade e exercício da discricionariedade, tecnologias, uso que fazem das viaturas e autorização para uso da força (SLOAN, 1992; BROMLEY; REAVES, 1998; BROMLEY, 2000; PAOLINE; SLOAN, 2003).

Com base no *Census of State and Local Law Enforcement Agencies*, do *Bureau of Justice Statistics*, Reaves (1996) traçou um perfil das instituições responsáveis pela aplicação da lei em *campi* universitários. Estas instituições caracterizavam-se por: forte presença de policiais juramentados e com poderes de polícia; média de 2,3 policiais para cada mil estudantes; considerável representação de minorias étnicas e policiais do sexo feminino; seleção de profissionais baseada em entrevistas; checagem de antecedentes criminais, investigação de referências, avaliação psicológica, teste de aptidão, testes físicos e teste de drogas; e treinamento médio de 800 horas (divididas entre aulas teóricas – 500 horas – e práticas – 300 horas). Quase todos os *campi* possuem serviços de patrulha, número de emergência de três dígitos e média de 13 *blue lines*

(telefones com ligação direta para a polícia do *campus*) para cada mil alunos. A ampla maioria das instituições incorpora métodos do policiamento comunitário, com planos de emergência, códigos de conduta, procedimentos para o uso de força não letal e procedimentos para lidar com queixas da comunidade universitária a respeito dos serviços de segurança.

Estudos sobre vitimização nos *campi* universitários, realizados a partir dos anos 1990, confirmaram os resultados dos trabalhos anteriores: os crimes nesses locais são menos comuns e menos violentos do que na comunidade em geral, fato que relativizaria a grande preocupação, na época, com a segurança nessas áreas (SLOAN, 1994; FISHER et al., 1998; HENSON; STONE, 1999; DEL CARMEN et al., 2000; HENSON; STONE, 1999). Entre esses estudos, um *survey* de 1999, aplicado em uma universidade norte-americana, mostrou que ao menos 22,5% dos respondentes haviam sido vítimas de algum tipo de crime no ano anterior (sendo 6,7% crimes violentos) e que a sensação de insegurança é maior entre as mulheres (apesar de a vitimização ser menor entre elas), asiáticos e negros, principalmente durante o período noturno e em áreas externas e abertas do *campus*. As pesquisas mostraram ainda que as campanhas de prevenção diminuíram a vitimização violenta e que calouros com menor contato com os programas de prevenção tomavam menos precaução e estavam menos atentos à segurança pessoal (FISHER et al., 1998; JOHNSON; BROMLEY, 1999; DEL CARMEN et al., 2000). Os resultados também indicaram que a vitimização é maior durante as festas noturnas e quando há uso de drogas (FISHER et al., 1998; JOHNSON; BROMLEY, 1999).

O policiamento comunitário aparece como o modelo mais indicado para trabalhar a segurança nos *campi* (WOOD; SHEARING, 1998; JOHNSON; BROMLEY, 1999; SLOAN, LANIER; BEER, 2000; GRIFFTH et al., 2004; RYAN, 2009). São áreas com características ideais para o policiamento comunitário, pois existe uma filiação institucional, a comunidade é organizada em grupos e subgrupos, há representantes claramente identificados e existem canais de comunicação e fóruns de discussão estabelecidos e também estrutura física bem mapeada e delimitada (RYAN, 2009). É apontado como o modelo que melhor responde aos desafios das polícias nos *campi*: lidar com um corpo diverso de estudantes; atuar em *campus* com características físicas distintas; identificar as questões de crime e vitimização no *campus* e a sua relação com o medo e a percepção de risco de vitimização (SLOAN; LANIER; BEER, 2000). Segundo Griffith et al. (2004), para o sucesso de um programa nesses moldes, é central a participação da comunidade universitária na elaboração e execução dos planos de segurança como forma de garantir que sejam dadas respostas às demandas da população, o que pode resultar em satisfação e adesão da comunidade às ações de segurança. Nesse sentido, a promoção da segurança depende das relações da polícia do *campus* com outras instituições e do estabelecimento de redes com sua própria comunidade.

Universidade de São Paulo

A Guarda Universitária (GU) é o órgão responsável por garantir a segurança pessoal e patrimonial na USP, assegurando a integridade de docentes, alunos, funcionários e usuários. Criada em 1984 para coordenar as atividades

de segurança no campus, a GU é formada por funcionários da universidade (segurança orgânica), selecionados e treinados pela instituição. A atuação da GU não é pautada por regulamento próprio, mas suas ações se fundamentam no regimento interno da universidade. Entre 1999 e 2012, a GU e todas as ações relacionadas à segurança no *campus* foram administradas pela Divisão de Operações e Vigilância, órgão subordinado à Prefeitura do *campus*. Atualmente, a administração da segurança nos *campi da USP* centraliza-se na Superintendência de Segurança, subordinada diretamente ao reitor, conta com receita própria e é chefiada por um coronel reformado da PM (ver Quadro 1).

A GU atua 24 horas por dia e conta atualmente com 120 profissionais, distribuídos em três turnos,⁵ que realizam as seguintes atividades: patrulhamento preventivo (a pé, de bicicleta, moto ou viatura); coordenação da central telefônica e de rádio; instalação e monitoramento de imagem e alarmes; orientação de trânsito; apoio ao atendimento médico de emergência, cujo acionamento telefônico é feito via GU; gerenciamento da Brigada de Incêndio e do programa de transporte para portadores de deficiências; e atividades administrativas. A GU é uniformizada, comunica-se via rádio e não utiliza nenhum tipo de armamento, inclusive os não-letais.

Os candidatos a guarda universitário precisam ter ensino médio completo, habilitação para motocicleta e automóvel e noções sobre defesa pessoal e primeiros socorros.⁶ Os novos profissionais recebem, da própria GU, formação teórica (30 dias) e prática (90 dias).

Atuam também no *campus* cerca de 200 profissionais terceirizados que, treinados e supervisionados pela GU, trabalham nas portarias e bolsões de estacionamentos. A PM, que não realizava patrulhamento rotineiro no *campus* antes do convênio firmado em 2011, mantém, atualmente, uma base móvel e rondas ostensivas na universidade.

Tanto a PM quanto a vigilância terceirizada trocam informações, por radiofrequência, com a GU. Geralmente, ocorrências no *campus* são inicialmente atendidas pela GU que, após registro, as transmite à central de atendimento. Caso a situação seja considerada grave, a PM é acionada.

Quando o atendimento é realizado diretamente pela PM, a GU deveria ser comunicada, o que nem sempre acontece, prejudicando o monitoramento realizado pela GU. A situação é mais crítica quando as ocorrências são registradas diretamente na Polícia Civil. Nestes casos, a maioria não chega ao conhecimento da GU, prejudicando as estatísticas sobre a segurança no *campus*. Entre as ocorrências, destacam-se os furtos (veículos, equipamentos eletrônicos e pertences pessoais).

O trânsito é outra questão sensível no *campus*. Muitos motoristas utilizam a universidade como rota de fuga dos congestionamentos, aumentando o tráfego e os acidentes no *campus*. Como a USP pertence ao governo do Estado, os agentes municipais não atuam no controle do trânsito no *campus*, atividade delegada à GU, sendo que a aplicação das multas é realizada pela PM.

Queixas sobre a atuação da guarda podem ser registradas no *site* da instituição e são re-

cebidas pela diretoria da GU e pela ouvidoria da USP. Quando necessário, uma sindicância pode ser instaurada para apurar o caso e determinar possíveis encaminhamentos e punições.

Universidade de Toronto

Na Universidade de Toronto, a guarda existe desde 1904 e, até 1991, a forma de policiamento adotada baseava-se no modelo tradicional: patrulhamento e atendimento reativo às ocorrências. A partir de 1991, a guarda adotou o modelo de policiamento comunitário, que deu origem ao *Campus Community Police* (CCP) e ênfase na segurança preventiva (ver Quadro 1).

A CCP tem como mandato apoiar a universidade em sua missão, contribuindo para um ambiente seguro e justo. Em parceria com a comunidade universitária, trabalha para prevenir crimes e estimular a conscientização sobre proteção e segurança e, quando necessário, fornecer respostas confiáveis às emergências e infrações, inclusive penais.

A política da CCP⁷ tem como princípios e valores: respeito à dignidade, privacidade e diversidade de todas as pessoas; tratamento justo e imparcial para todos; igualdade de acesso e proteção dos direitos; liberdades civis; confiabilidade, competência e *accountability*; trabalho em equipe e envolvimento com a comunidade; e a concepção de que proteção e segurança são responsabilidades de todos. Esta política define ainda como atividades específicas da CCP: proteger, pessoas e patrimônio, por meio de programas de segurança amplamente divulgados; prevenir o crime e manter a paz; resolver conflitos e promover a ordem; responder às emergências; assegurar o cumprimento

das políticas e regulamentos da universidade; e fazer cumprir a legislação federal e local

A partir de 1995, um acordo com o *Toronto Police Services Board* (TPSB) permitiu aos *campi* da universidade contarem com *special constables* (agentes públicos responsáveis pela aplicação da lei, pagos pelo sistema de segurança pública, mas que não são membros das forças policiais regulares, integrando grupos com funções específicas⁸). Esses agentes possuem autoridade policial na área da universidade: atuam preventivamente, patrulhando o *campus* a pé, de bicicleta ou de carro; respondem chamados de emergência; e agem diretamente sobre infrações penais, podendo prender, deter e liberar pessoas. Sua jurisdição pode se estender para além do *campus* quando se trata de uma ocorrência iniciada na universidade ou que esteja relacionada a ela.⁹

A formação e o treinamento são contínuos e requerem habilidades e conhecimentos tanto sobre as práticas policiais cotidianas (uso da força, primeiros socorros, comunicação, mediação de conflitos, administração de crises de segurança,¹⁰ planejamento de emergências, preservação e coleta de provas, direção defensiva, etc.), quanto a respeito de seu papel no contexto em que atuam (cursos sobre segurança pública, diversidade, ética policial e *accountability*, preconceito racial, assédio sexual, etc.).¹¹ Os *special constables* usam cassetetes, algemas e colete a prova de balas.

A CCP possui também funcionários de apoio, contratados pela universidade, para: responder aos chamados telefônicos e repassar informações aos policiais; atender casos não

emergenciais e solucionar dúvidas; realizar a segurança dos prédios, cuidar das portarias e controlar acessos. Estes funcionários, através de rádios, se comunicam diretamente com a polícia do *campus*.

Para efetivar sua missão, a CCP mantém uma série de programas e campanhas, principalmente informativos, que visam prevenir os problemas de segurança mais recorrentes no *campus*, tais como: programas antifurto e de acompanhamento de pessoas que se deslocam à noite ou trabalham em áreas isoladas do *campus*; reuniões com alunos, comerciantes e policiais para discutir as vulnerabilidades e recomendar medidas de proteção; identificar e recomendar mudanças às áreas de maior risco; realizar palestras para informar e esclarecer sobre os programas de segurança; orientação preventiva a calouros; campanhas informativas sobre segurança no trânsito; sensibilização sobre consumo de álcool e drogas; prevenção de assédio e de agressão sexual; etc.

Além da CCP, a política de segurança da universidade engloba: telefones de emergência espalhados pelos *campi* para contatar diretamente a CCP (no *campus* de St. George são 120 aparelhos); sistema de monitoramento por câmeras;¹² e sistema de alerta, por SMS, comunicando situações anormais e instruindo sobre procedimentos de proteção que podem ser adotados.

No *site* da CCP, é possível acessar relatórios de ocorrências diárias, além dos relatórios anuais com informações sobre atividades realizadas e estatísticas de casos. Na página há também espaço para o registro de queixas

que, quando envolvem funcionários da universidade, são encaminhadas e geridas conforme os acordos coletivos da categoria, contando com a existência de um *ombudsman*. Queixas envolvendo os *special constables* são encaminhadas ao diretor dos serviços da polícia e, dependendo de seu teor, podem ser apuradas pelo próprio diretor ou encaminhadas ao TPSB (um conselho civil que acompanha denúncias contra policiais).

Universidade de Chicago

Na Universidade de Chicago, há mais de 40 anos a segurança é responsabilidade do *The University of Chicago Police Department* (UCPD). Este departamento é composto por policiais, selecionados e pagos pela universidade, que são licenciados pela Academia de Polícia local para atuarem no *campus* (ver Quadro 1).

Os candidatos a UCPD passam por provas escritas e psicológicas e testes sobre uso de drogas. Avaliam-se, também, habilidades como comportamento amigável, boa capacidade de comunicação e conhecimentos sobre o ambiente acadêmico.

Aqueles que já são licenciados pela polícia e desejam trabalhar na Universidade recebem três meses de treinamento voltado para a segurança no *campus*. Os não licenciados são encaminhados ao curso de formação de policiais do Estado de Illinois para adquirirem a licença e, somente então, completam o treinamento na Universidade. Os profissionais licenciados que atuam no *campus* têm poder de polícia, participam de treinamentos anuais e têm a possibilidade de ascender profissionalmente no departamento.

Compete ao UCPD tanto investigar os crimes que ocorrem na universidade como estabelecer estratégias para seu combate e, para isso, conta com duas divisões: patrulha¹³ e serviços investigativos.¹⁴ As investigações são realizadas em parceria com o Departamento de Polícia da cidade de Chicago.

O UCPD também coordena as iniciativas de promoção à segurança no *campus*, atuando em parceria com o Gabinete do *Campus*, estudantes e comunidade local. Para isso, o departamento orienta calouros, desenvolve programas de conscientização sobre segurança, instala *microchips* que permitem identificar e rastrear pertences como bicicletas, *tablets* e *notebooks*, desenvolve programas de prevenção de estupro no *campus*, com cursos de conscientização, prevenção, redução de risco para mulheres e treinamento em defesa pessoal, acompanha pessoas quando têm de passar por locais ermos, etc. A parceria com o diretório Acadêmico dos alunos contribui para assistir vítimas e orientar testemunhas.

O UCPD pode ser acessado por meio de ligações gratuitas ou por um dos 300 totens de emergência do *campus* que, ao ser acionado, é automaticamente identificado e uma viatura é enviada ao local do chamado.

As ocorrências são registradas em um sistema e seus desdobramentos podem ser acompanhados pela Internet. Balanços semanais e mensais são publicados com informações sobre as ocorrências, locais em que aconteceram e público envolvido. Na página do UCPD ainda é possível avaliar os serviços prestados, encaminhar e acompa-

nhar reclamações enviadas. As reclamações são acompanhadas por um comitê independente, eleito anualmente e formado por representantes das faculdades (funcionários, alunos e docentes) e membros do UCPD. A partir das queixas, este comitê discute procedimentos e posturas e apresenta respostas aos reclamantes.

Universidade de Warwick

A Universidade de Warwick conta com um corpo de funcionários encarregados da segurança. Cabe a este grupo manter a ordem e reduzir as ocorrências criminais, prevenindo e coibindo ataques a pessoas, desordens, comportamentos ameaçadores, barulho, depredação, crimes contra o patrimônio da Universidade e da comunidade, etc. Para cumprir estes objetivos, são efetuados patrulhamento; monitoramento e atendimento dos alarmes de incêndio e pânico; controle de acesso a prédios; atendimento de primeiros socorros; emissão de alvará para a realização de eventos; administração dos protestos e manifestações; acompanhamento de pessoas quando transitam por locais ermos da Universidade; administração do tráfego; administração dos estacionamento e aplicação de multas. São realizados também *surveys* sobre a segurança no *campus* e apresentações com orientações sobre prevenção da violência na Universidade (ver Quadro 1).

Os seguranças são uniformizados e atuam 24 horas. A área da Universidade conta com alarmes e monitoramentos por câmeras, telefones de emergência, registros *on-line* de bicicletas, rondas em *buggys* (veículo mais visíveis que bicicletas, mais econômicos e menos poluentes do que carros), etc.

Os seguranças são treinados para oferecer um atendimento cortês, pautado por metas como, por exemplo, resposta imediata aos alarmes de incêndio, invasão, e aos chamados de socorro médico; resposta em dez segundos para os chamados via telefones de emergência; e atendimento em 15 minutos para casos de crimes.

Em setembro de 2003, a polícia do condado fez uma parceria com a Universidade e designou sete policiais, *special constables*, para se dedicarem exclusivamente à região da Universidade, auxiliando principalmente nas patrulhas.

Para que a comunidade acadêmica se familiarizasse com a presença da polícia e com as medidas preventivas de segurança, a presença da polícia no *campus* foi, em parceria com o centro acadêmico, previamente trabalhada. Além disso, no *site* da universidade constam a foto, a qualificação e os contatos do oficial responsável pelos *special constables*.¹⁵

O *site* parece ser o principal canal de comunicação entre os encarregados da segurança e a comunidade universitária. Por meio dele é possível acessar os contatos do serviço de segurança, obter orientações sobre proteção e prevenção de crimes, cadastrar-se para utilizar os estacionamento, registrar bicicletas, e consultar os itinerários e horários do ônibus circulares. Há ainda um *link* para o *site* da *National Union of Students*, que apresenta várias informações sobre como garantir a segurança pessoal e de seus pertences e residências. No *site* também está disponível o “User’s Chart”, documento que torna público o que os alunos podem esperar dos serviços de segurança e o que esses serviços esperam dos alunos.

Comentários ou reclamação sobre os serviços de segurança podem ser feitos por *e-mail* ou telefone, diretamente com o chefe dos serviços de segurança e queixas sobre os policiais podem ser feitas no departamento policial ou junto ao *Independent Police Complaints Commission*, órgão responsável pelo controle externo da polícia.

Universidade Nacional da Colômbia

A segurança da Universidade Nacional da Colômbia está a cargo da *División de Vigilancia y Seguridad* (DVS), unidade administrada por funcionários da Universidade, mas que conta, principalmente, com guardas terceirizados de empresas privadas de segurança. Para atuar na Universidade, os guardas precisam seguir as normas da *Superintendencia de Vigilancia y Seguridad*,¹⁶ órgão vinculado ao Ministério da Defesa Nacional e que exerce controle, inspeção e vigilância dos serviços de segurança privada (ver Quadro 1).

Entre as principais funções da guarda estão: vigilância do patrimônio da universidade; guarda das pessoas que transitam diariamente pelo *campus*; controle do acesso em bicicletas e carros no *campus*; avaliação das vulnerabilidades; e controle de eventos. Devido aos altos índices de criminalidade de Bogotá, a guarda, além da ronda pelo *campus*, também possui um serviço de escolta de alunos, funcionários e professores nos arredores da Universidade. Entre os recursos de segurança utilizados estão: câmeras de vigilância; alarmes e ramais de te-

lefonos com linhas diretas com a DVS; acesso aos edifícios mediante cartão de identificação; e estudos periódicos de identificação das vulnerabilidades do *campus* a partir dos dados das ocorrências da DVS.

A DVS possui um *site*, porém o *link* não é facilmente encontrado na página da Universidade. Na página da divisão são publicados informes de segurança com recomendações voltadas à comunidade universitária, número dos telefones de emergência e orientações básicas de segurança, tais como prestar atenção aos objetos mais vulneráveis a roubos e furtos, sobretudo em áreas públicas, estar atento a pessoas estranhas à Universidade, objetos ou bolsas abandonadas, evitar deixar objetos no interior de veículos, certificar-se de trancar portas ao deixar as salas, cuidar de seus pertences, solicitar autorização para entrar em áreas controladas como, por exemplo, laboratórios, respeitar as regras de trânsito e informar os vigias qualquer suspeita de irregularidade. Os boletins trazem também dicas para que as pessoas protejam suas residências e frases como: “atue como o primeiro responsável pela sua segurança”.¹⁷

O *site* da DVS oferece um espaço para que os usuários registrem comentários, perguntas, sugestões, elogios, queixas, denúncias e solicitações para a divisão. Além desse mecanismo, a Universidade também conta com uma linha telefônica gratuita e *site* exclusivo para receber queixas, reclamações e sugestões.

Quadro 1 - *Campi* e características da segurança nas instituições pesquisadas

	Univ. de São Paulo (1)	Univ. de Toronto (2)	Univ. de Chicago (3)	Univ. de Warwick (4)	Univ. Nacional da Colômbia (5)
País	Brasil	Canadá	Estados Unidos	Inglaterra	Colômbia
Natureza	Pública	Pública	Privada	Pública	Pública
Fundação	1934	1827	1890	1965	1867
Campus	Butantã	St. George	Hyde Park / Woodlawn	Coventry	Ciudad Blanca
Área	4,3 km ²	1,2 km ²	1 km ²	2,8 km ²	1,2 km ²
Limites	Muros	Sem muros	Sem muros	Sem muros	Muros
Acesso ao campus	Controle à noite e aos finais de semana	Livre	Livre	Livre	Livre
Alunos	50 mil	55 mil	12,5 mil	23, 5 mil	26 mil
Outras instalações (hospitais, restaurantes, bancos, etc.)	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Moradias estudantis	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Segurança					
Informações sobre segurança no site institucional	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Segurança orgânica	120	Sim	Não	Sim	Sim
Segurança privada	200	Não	Não	Não	Sim
Polícia	16	50 <i>special constable</i>	Sim	<i>Special constable</i>	Não
Roubos/ furtos em 2011	-	376	1273	-	-
Programas preventivos	Não	Sim	Sim	Sim	-
Linhas gratuitas	Não	Sim	Sim	Não	Não
Telefones de ligação direta / emergência	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sistema de queixas independente	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Regulamento próprio	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte:

(1) *Divisão de Operações e Vigilância, da USP, 2011.*

(2) "Facts and Figures", disponível em: <<http://goo.gl/XIMKP>> e "Campus Community Police", disponível em: <<http://goo.gl/Odqt5>>, acesso em: 30/10/2012.

(3) <<http://goo.gl/hlZS7>>, <<http://goo.gl/o3lJ>> e <<http://goo.gl/QI1PK>>, acesso em 30/10/2012.

(4) <<http://goo.gl/XpMrX>>, <<http://goo.gl/obHuw>>, <<http://goo.gl/nF6QN>>, acesso em 30/10/2012.

(5) <<http://goo.gl/ZlApj>> e <<http://goo.gl/WBRTc>>, <<http://goo.gl/J4spX>> e <<http://goo.gl/DtkKt>>, acesso em 30/10/2012.

Segurança no campus: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras
Viviane Oliveira Cubas, Renato Alves, Denise Carvalho, Ariadne Natal e Frederico Castelo Branco

Considerações finais

O levantamento aqui apresentado permitiu identificar semelhanças e diferenças referentes à segurança na USP e nos demais *campi* universitários. Os ambientes acadêmicos mostraram-se semelhantes nos seguintes aspectos: processo de atribuição de maior responsabilidade aos profissionais encarregados da segurança ao longo do tempo; aproximação entre esses profissionais e as forças policiais; prestação de serviços que vão além dos atendimentos emergenciais pelos encarregados da segurança; predominância de casos menos violentos nas ocorrências; e resistência ou desconfiança por parte da comunidade universitária sobre a presença da polícia no *campus*. Quanto às diferenças, destacam-se a produção de estudos sobre as ocorrências e vitimização, o desenvolvimento de programas de prevenção e o incentivo ao registro de queixas contra os profissionais da segurança, características muito mais comuns e acessíveis nas universidades estrangeiras. Essas semelhanças e diferenças estão inseridas em diversos programas de segurança aplicados nas universidades e que parecem estar relacionadas a três aspectos.

O primeiro refere-se ao modo como se estrutura administrativamente a burocracia do serviço da universidade: se a universidade percebe a segurança em seu território como um serviço que ela presta aos seus usuários e que, por isso, tem a preocupação de informá-los, orientá-los e se submeter às suas críticas; ou se a percebe apenas como um departamento entre tantos outros de sua administração, tendo como prioridade a divulgação da instituição, seus membros e atribuições, havendo prestação de contas somente às instâncias internas. Importante destacar que essa administração voltada para si própria, em

vez de orientada para o atendimento do cidadão, no caso brasileiro, parece ser reflexo mais dos costumes que regem os serviços públicos em geral do que uma característica exclusiva da administração das universidades públicas. A disponibilização *on-line* de informações sobre a segurança das universidades, quando existe, parece seguir o mesmo padrão de suas polícias locais: estão mais voltadas para questões institucionais das corporações do que para a orientação minuciosa e facilitada dos seus usuários.

O segundo aspecto diz respeito às jurisdições que regem as polícias e outros agentes da segurança: universidades de países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra contam com policiais em seu quadro de segurança e estes possuem um papel de destaque. Essa participação, contudo, é configurada a partir das legislações locais, que incluem as “polícias especiais”, sob responsabilidade do município. Isso permite que a universidade participe da seleção e capacitação dos policiais que atuarão em suas dependências, o que significa que, além de seguir os treinamentos e rigores do policial padrão, esses profissionais recebem uma formação que proporciona habilidades específicas e maior identificação com o ambiente em que vão atuar. No caso brasileiro, arranjos organizacionais como esses são inviáveis, uma vez que os poderes das polícias são definidos pela Constituição Federal, que não reconhece a existência de outras forças policiais que não aquelas expostas em seu artigo 144. Neste modelo, a atividade policial no *campus*, assim como nas demais áreas do município, só pode ser exercida por policiais selecionados, capacitados e avaliados pelas corporações. As universidades quase nada participam desse processo.

Finalmente, o terceiro aspecto compreende os princípios norteadores das políticas de segurança pública: os modelos parecem, em grande medida, serem uma expressão das políticas de segurança pública locais e algumas características confirmam essa hipótese. A concepção, em seu sentido mais estrito, de compartilhar a segurança com a comunidade, a implementação de programas de prevenção e disponibilização de informações são mais comuns onde há tradição em policiamentos comunitário e preventivo. É possível apontar dois extremos: de um lado a Universidade de Toronto, que tem um modelo de segurança muito próximo dos elementos do policiamento comunitário – identificação de atores e suas responsabilidades, estabelecimento de soluções para os problemas, orientações sobre procedimentos para situações de crise ou emergência, etc. –; e, de outro, as universidades latino-americanas, nas quais a simples ausência de informação sobre seus programas de segurança é um dado extremamente importante, pois revela o quanto esse assunto não é considerado algo a ser discutido, levado a público ou desenvolvido de forma preventiva.

Pode-se dizer que já existe alguma tradição em se pensar programas de segurança no *campus*. Ainda que as estruturas institucionais das polícias e das universidades aqui relatadas sejam muito diferentes e que algumas iniciativas atendam a questões específicas das realidades em que estão inseridas, os problemas são semelhantes e os modelos apresentados para tratá-los podem estimular a capacidade dos gestores locais no desenvolvimento de um programa de segurança para as nossas universidades. No caso da USP, persistem questões

sensíveis como, por exemplo, como inserir a polícia em um ambiente que foi afetado pelas forças policiais durante o regime autoritário e que ainda se ressentem desse passado? Como conciliar policiamento e defesa do patrimônio público com a garantia de liberdades individuais? Persistem também questões práticas, como a produção e análise de dados, alocação de recursos, capacitação de seus profissionais, etc., além das questões apontadas pela literatura, como a importância de compartilhar as responsabilidades relacionadas à segurança e de implementar, de modo eficiente, o conceito de “prevenção”.

Apesar de os debates a respeito da segurança nos *campi* universitários encontrarem ressonância na imprensa, existe uma lacuna no que diz respeito a estudos mais aprofundados, que possam qualificar as discussões e fornecer subsídios para a tomada de decisões por parte da comunidade envolvida. Este artigo apresenta uma abordagem inicial do tema e pretendeu abrir a reflexão a partir de experiências interessantes já existentes. Uma visão mais refinada a respeito dos modelos de segurança em *campi* universitários demandará investigações futuras que façam referência a aspectos como histórico, infraestrutura, ocorrências, vitimização, equipes, formas de atuação, mecanismos de avaliação, mecanismos de controle, etc. Nesse sentido, as universidades, ao mesmo tempo em que se apresentam como o espaço para a reflexão sobre a segurança dentro e fora de seus territórios, podem também ter o privilégio de servirem como o *locus* para o desenvolvimento de iniciativas democráticas e eficientes de segurança pública.

1. Houve ampla cobertura da mídia sobre os acontecimentos. Disponível em: <<http://goo.gl/AgXxz>> e <<http://goo.gl/4uYBL>>, acesso em: 30/10/2012.
2. Disponível em: <<http://goo.gl/pdNPa>>, acesso em: 30/10/2012.
3. Segundo o Webometrics Ranking Web of World Universities.
4. Jeanne Clery Disclosure of Campus Security Policy and Campus Crime Statistics Act (1990).
5. Informação fornecida pela Divisão de Operações e Vigilância, subordinada à Superintendência de Segurança da USP, em 2011.
6. Disponível em: <<http://goo.gl/q4GqF>>, acesso em: 30/10/2012.
7. Disponível em: <<http://goo.gl/a0Ebh>>, acesso em: 30/10/2012.
8. Outros special constables: agentes de trânsito, agentes dos tribunais de justiça, carcereiros, etc. Disponível em: <<http://goo.gl/XdzAf>>, acesso em: 30/10/2012.
9. Disponível em: <<http://goo.gl/Jpeqp>>, acesso em: 30/10/2012.
10. Kalinowski (2010), University of Toronto Police (2008).
11. Disponível em: <<http://goo.gl/XSA08>>, acesso em: 30/10/2012.
12. Usados quando ocorrem problemas com a bateria dos veículos durante os períodos mais frios do inverno.
13. Tradução livre de Patrol Division.
14. Tradução livre de Investigate Service Division.
15. Disponível em: <<http://goo.gl/V1Nbf>>, acesso em: 30/10/2012.
16. Disponível em: <<http://goo.gl/R9wAT>>, acesso em: 30/10/2012.
17. Tradução livre de "actue como el primer responsable por su seguridad".

Referências bibliográficas

BROMLEY, M. Policing our *campus*: a national review of statutes. **American Journal of Police**, v. 15, n. 3, p. 1-22, 1996.

_____. A content review of *campus* police vehicle pursuit policies at large institutions of higher education. **Policing: an International Journal of Police Strategies & Management**, v. 23, n. 4, p. 492-507, 2000.

BROMLEY, M.; REAVES B. Comparing *campus* and municipal police: the human resource dimension. **Policing: an International Journal of Police Strategies & Management**, v. 21, n. 3, p. 534-546, 1998.

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE OPERAÇÕES E VIGILÂNCIA. Gabinete do Superintendente de Segurança da USP. São Paulo, 2011. Mimeografado.

DEL CARMEN, A. et al. Fear of crime on *campus*: examining fear variables of CRCJ majors and nonmajors in

pre- and post-serious crime environments. **Journal of Security Administration**, v. 23, n. 1, p. 21-47, 2000.

FISHER, B. et al. Crime in the ivory tower: the level and sources of student victimization. **Criminology**, v. 36, n. 3, p. 671-710, 1998.

GRIFFITH, J. D. et al. Satisfaction with *campus* police services: a model for creating and communicating. **College Student Journal**, v. 38, n. 1, p. 150-156, 2004.

HENSON, V. A.; STONE, W. E. *Campus* crime: a victimization study. **Journal of Criminal Justice**, v. 27, n. 4, p. 295-307, 1999.

JANOSIK, S. The impact of the *campus* crime awareness act of 1998 on student decision-making. **NASPA Journal**, v. 38, n. 3, p. 348-360, 2001.

JOHNSON, R. P.; BROMLEY, M. Surveying a university po-

pulation: establishing the foundation for a community policing initiative. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 15, n. 133, p. 133-143, 1999.

KALINOWSKI, T. TTC constables overstepped authority, police board alleges. **The Star**, 21/10/2010. Disponível em: <<http://goo.gl/nZCnh>>. Acesso em: 30 out. 2012.

PAOLINE, E.; SLOAN, J. Variability in the organizational structure of contemporary *campus* law enforcement agencies: a national-level analysis. **Policing: an International Journal of Police Strategies & Management**, v. 26, n. 4, p. 612-639, 2003.

PEAK, K.; BARTHE, E.; GARCIA, A. *Campus* policing in America: a twenty-year perspective. **Police Quarterly**, v. 11, n. 2, p. 239-260, 2008.

REAVES, B. A. **Campus law enforcement, 2004-05**. Department of Justice U.S. Office of Justice Programs. Bureau of Justice Statistics, 2008.

REAVES, B. A.; GOLDBERG, A. L. **Campus law enforcement agencies, 1995**. Washington, D.C.: Bureau of Justice Statistics. U.S. Department of Justice. Office of Justice Programs 1996,.

RYAN, A. Community policing on a college *campus* (Part 1). **Law Enforcement Journal Archive**. Indiana Law Enforcement Academy, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/8xRjh>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. Community policing on a college *campus* (Part 2). **Law Enforcement Journal Archive**. Indiana Law Enforcement Academy, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/f2p1h>>. Acesso em: 30 out. 2012.

SLOAN, J. The modern *campus* police: an analysis of their evolution, structure, and function. **American Journal of Police**, v. 11, n. 2. p. 85-104, 1992.

_____. The correlates of *campus* crime: an analysis of reported crimes on college and university campuses. **Journal of Criminal Justice**, v. 22, n. 1, p. 51-61, 1994.

SLOAN, J.; LANIER, M. M.; BEER, D. L. Policing the contemporary university *campus*: challenging traditional organizational models. **Journal of Security Administration**, v. 23, n. 1, p. 1-48, 2001.

UNIVERSITY OF TORONTO POLICE. **Annual Report to the Toronto Police Services Board 2008**. Disponível em: <<http://goo.gl/APBpi>>. Acesso em: 30 out. 2012.

WADA, J.; PATTEN, W.; CANDELA, K. Betwixt and between: the perceived legitimacy of *campus* police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 33, n. 1, p. 114-131, 2010.

WOOD, J.; SHEARING, C. Securing safety on *campus*: a case study. **Revue Canadienne de Criminologie**, v. 40, n. 1, p. 81-95, 1998.

Segurança no *campus*: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras

Viviane Oliveira Cubas, Renato Alves, Denise Carvalho, Ariadne Natal e Frederico Castelo Branco

Resumen

Seguridad en el campus: una breve recopilación sobre las políticas de seguridad en la USP y en universidades extranjeras

El debate sobre la seguridad en el principal campus de la Universidad de Sao Paulo (USP) se intensificó tras acontecimientos que pusieron en entredicho la gestión de la seguridad, la actuación de la Guardia Universitaria y la presencia de vigilancia policial ostensiva en el lugar. Basándonos en búsquedas en las páginas web oficiales de cuatro universidades, indagamos informaciones sobre cómo estas instituciones tratan el tema de la seguridad. Los resultados apuntan a que, a pesar de las especificidades legales, institucionales y de contexto, los problemas de seguridad en los campus son muy semejantes y sus resoluciones reflejan los preceptos de las políticas públicas de seguridad locales. Salvadas las diferencias, las experiencias presentadas pueden contribuir a la reflexión sobre programas de seguridad que combinen la prevención de crímenes, la preservación del patrimonio público y la garantía de las libertades civiles.

Palabras clave: Seguridad en el campus; Guardia Universitaria; Policía; Universidad de Sao Paulo.

Abstract

Campus security: a short survey on security policies in the University of São Paulo (USP) and in overseas universities

The debate about security in USP's main campus has intensified after events that called into question: security management, the performance of the University Guard and the presence of ostensive policing on the campus. Examining four universities' official websites, we sought information on how these institutions deal with security. The results show that despite specific legal, institutional and contextual differences, security problems on campi are very similar and the solutions reflect local public policy precepts of security. Allowing for differences, the experiences we examined can contribute to reflection about security programs combining crime prevention, the preservation of the public heritage, and the assurance of civil liberties.

Keywords: Campus security; University Guard; Police; University of São Paulo.

Data de recebimento: 31/10/2012

Data de aprovação: 01/02/2013